

# NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA EMAE

## CONTRA A ENTREGA DO SETOR ELÉTRICO PAULISTA

### CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

**A derradeira: venda da Emae marca o fim do Estado de São Paulo no setor elétrico paulista e início de mais precarização, podendo impactar também a infraestrutura de saneamento básico**

Defensor das privatizações, sem estudos aprofundados e debate com a sociedade, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do Republicanos, marcou para esta sexta-feira, 19 de abril, o leilão de privatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), última companhia de energia paulista que ainda é estatal. O certame está previsto para ser realizado às 15h, na sede da B3, em São Paulo.

Vale lembrar que a venda da Emae está programada desde a década de 90, uma vez que faz parte do Programa Estadual de Desestatização (PED). Desde então, no estado de SP, foram vendidas para o setor privado as energéticas CPFL, CESP, Eletropaulo, entre outras. E o que se conclui é que com as privatizações, qualidade, preço do serviço e segurança do trabalho só pioraram com o tempo. A precarização tem sido geral. E a própria cidade de São Paulo tem sofrido diária e drasticamente as consequências desse processo.

Agora será a vez da derradeira: a Emae está sendo vendida hoje a preço subestimado. Com a venda de 40% da companhia, a operação deve movimentar cerca de R\$ 780 milhões.

**Mais uma vez, vale tudo em nome do lucro. Nada pelo cidadão!**

A privatização da Emae, assim como outras no estado de SP, ocorre de modo forçado, sem qualquer debate com a sociedade e sem estudos que comprovem e/ou justifiquem os fatos.

De acordo com levantamentos e dados referentes à empresa, a operação do sistema de energia e de água da Emae tem custo alto, o que leva a uma tendência de sucateamento em caso de estar em mãos privadas. “Se o povo paulistano já tem tido dificuldades e tem ficado no escuro com a privatizada Enel, o que será a partir da venda da Emae?”, lamenta a direção do Sinergia CUT. O Sindicato ainda avalia: a privatização do setor de energia, em especial da Emae, pode impactar diretamente a infraestrutura de saneamento básico da região de São Paulo.

E tudo isso em nome do lucro e sem preocupação com a qualidade e o preço da tarifa, colocando em risco empregos, direitos e cidadania.

A energia tem de ser tratada como serviço público e não como uma mercadoria submetida à especulação. A sociedade precisa se posicionar contra essas privatizações. Porque, no final das contas, é ela quem pagará a fatura.

✓ **ENERGIA E ÁGUA SÃO BENS E DIREITO DO POVO!**

✓ **EM DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**



São Paulo,  
19 de abril de 2024